

O que está em pauta

□ **Reforma Fiscal** — É o ponto mais polêmico da pauta. O Governo propõe uma reformulação completa na estrutura do recolhimento de tributos, distribuição de receitas e divisão de encargos. Duas novidades são a criação do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF) e a Contribuição sobre Valor Agregado (CVA). O Congresso terá de decidir se aceita ou rejeita a proposta do Governo, ou se mescla o projeto do Governo com propostas alternativas. Têm sido bastante discutidos o substitutivo do relator da Comissão do Ajuste Fiscal, Benito Gama, que modifica aspectos do projeto do Governo, e o projeto do deputado Luís Roberto Ponte (PMDB-RS), que prevê a extinção do IR e do ICMS.

□ **Modernização dos Portos** — Projeto de lei do Governo dispõe sobre a prestação de serviços de movimentação de mercadorias, armazenagem, transporte e vigilância portuária. Também são modificadas as regras para construção e exploração de instalações portuárias e a estruturação de tarifas. A modernização dos portos brasileiros é um problema complexo, cuja solução vem sendo adiada pelo Congresso, que busca consenso em torno do assunto. A perda de exclusividade dos sindicatos de portuários na execução de serviços de carga e descarga de mercadorias é um dos pontos mais polêmicos da matéria.

□ **Regulamentação de licitações e contratos da administração pública** — As mudanças rígidas no projeto do Governo feitas pelo Senado não agradaram aos empre-

sários. Eles temem que a iniciativa privada sofra a ingerência do Tribunal de Contas da União (TCU).

□ **Concessão de serviços públicos** — O Congresso terá de examinar projeto de lei do Governo, enviado ainda na gestão de Fernando Collor, que regulamenta a prestação de serviços públicos pela iniciativa privada prevista na Constituição. O projeto também regulamenta a concessão de obras públicas.

□ **Reforma Agrária** — Projeto de lei que dispõe sobre os procedimentos judiciais das desapropriações, por interesse social, para a reforma agrária. O ponto de vista dos ruralistas deve prevalecer na questão. Eles negociaram pontos importantes da questão na Câmara, mas o Senado fez modificações no texto. Agora o projeto voltará à Câmara, cuja tendência é restabelecer a forma antiga.

□ **Tarifas do setor elétrico** — Projeto de lei normatiza a fixação de tarifas para o serviço público de energia elétrica. Será extinto o regime de remuneração garantida e regulamentada a relação entre o serviço de energia elétrica nacional e as concessionárias estaduais.

□ **Composição de órgãos** — O Congresso também terá de examinar a composição e a estrutura do Conselho Nacional de Informática e Automação (Conin) e a composição da comissão de desestatização.

□ **Rolagem das dívidas dos estados e municípios com a União** — O projeto de lei foi negociado pelo Governo com os estados. Renegocia em 20 anos, com dez de prorrogação, as dívidas de estados e municípios com instituições de crédito federais, como o Banco do Brasil, BNDES, Caixa Econômica Federal, BNB e Basa. O total dessas dívidas é de 18,4 bilhões de dólares.